

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 27 de novembro de 1997

Reforçando o quebra-mar

É essencial aperfeiçoar as medidas de estabilização da Economia

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

As políticas econômicas anunciadas nas últimas semanas pelo governo brasileiro para enfrentar as consequências da crise financeira internacional tiveram repercussão bastante positiva. Foram, em geral, consideradas respostas eficazes, quanto à escala e ao timing, para preservar a economia brasileira dos efeitos mais graves da desestabilização na Ásia e suas consequências nos mercados financeiros. Muitos observadores, entretanto, sublinharam que, de fato, governo e Congresso estavam sendo pressionados pelos fatos a abandonar procedimentos protelatórios e, afinal, dar a prioridade merecida a um ajuste fiscal mais profundo, adiado desde 1995.

Entretanto, a avaliação favorável da qualidade intrínseca da resposta brasileira à crise, bem como da sua repercussão na comunidade financeira internacional, não parece servir de base suficiente para declarações taxativas quanto ao sucesso do pacote. Sempre há o perigo de repetir Herbert Hoover, o presidente dos EUA, que, no início de 1930, afirmava confiantemente que o pior da crise já havia passado, embora seu auge ainda fosse se manifestar três anos depois, culminando nos feriados bancários decretados por Roosevelt em 1933.

As ondas adicionais de desestabilização oriundas da Ásia, e em especial da Coreia do Sul, não podem ser subestimadas. A escala da necessária operação de resgate multinacional e a coincidência com a sucessão presidencial coreana tomam a posição coreana muito delicada e potencialmente perigosa para países como o Brasil, que podem sofrer os efeitos diretos e indiretos de uma crise de credibilidade em outras economias emergentes. É muito cedo para cantar vitória e é necessário muito trabalho para aperfeiçoar as políticas que pretendem servir de quebra-mar de proteção ao Plano Real.

A transformação do conjunto de intenções expressas nas medidas planejadas em efetiva redução de gastos ou aumento de impostos requererá um nível de energia administrativa e política que será difícil manter em ano de eleições. Há, por outro lado, marcas bastante claras de improvisação, mesmo em relação a medidas que não dependem de apreciação legislativa. No terreno da política econômica externa várias medidas são ilógicas, ou de fato contraproducentes.

É quase perverso mencionar a taxa de embarque de passageiros internacionais, subitamente aumentada de R\$ 18,00 para R\$ 90,00. O governo esqueceu-se da diferença entre taxa e imposto e agora tem dificuldades em repassar ao Tesouro Nacional a receita adicional da taxa de embarque. Não se diga que o assunto é irrelevante: o impacto estimado é de R\$ 500 milhões comparados aos controvertidos R\$ 1,2 milhão de arrecadação adicional do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Mas a medida de longe mais importante no terreno externo não fazia parte do conjunto inicialmente divulgado. Argentina e Brasil decidiram aumentar, por três anos, a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, em três pontos porcentuais, logo em seguida ao anúncio de medida de austeridade pelo Brasil. No início desta década, a Argentina introduziu a “taxa estatística”,

pretensamente para custear os serviços de estatística do comércio exterior, mas, dado o seu valor, de fato uma sobretaxa tarifária relevante. Era uma invenção do ministro Cavallo que todo o mundo fingiu não existir por um longo período. Depois de longa protelação, a Organização Mundial de Comércio pressionou pela abolição da taxa, equivalente a 3%. Para manter a tarifa no mesmo nível nominal era importante para a Argentina convencer o Brasil a aumentar a TEC.

Declarações pouco convincentes de autoridades brasileiras enfatizaram que a medida foi introduzida simplesmente por razões fiscais. Aumentar as tarifas é uma decisão que não guarda coerência com o pacote de austeridade fiscal proposto inicialmente pelo governo. O Brasil achou que espertamente poderia tomar uma carona na aflição argentina. Cabem dúvidas quanto ao resultado, do ponto de vista brasileiro, da análise custo-benefício desta decisão.

Com o vento a favor, o imposto de importação adicional anual arrecadado no Brasil será de R\$ 1,5 bilhão. Em contrapartida, a decisão foi criticada em editoriais da imprensa financeira internacional e, mais intensamente ainda, por viúvas do *fast track*, na recente reunião da Asian Pacific Economic Forum (Apec). Ter tomado essa decisão logo após a derrota de Clinton, e com ela o aumento da paranoia sobre o Mercosul e o *Brazil bashing* nos EUA não parece muito sábio. E, no entanto, o episódio poderia ter sido usado mais construtivamente mesmo que acomodando os desejos argentinos.

No início da negociação do Mercosul, a grande dificuldade foi acomodar a tarifa uniforme argentina, relativamente baixa, à tarifa mais alta e variando muito de acordo com o bem, do Brasil. Se argentinos e brasileiros tivessem aproveitado a oportunidade para aumentar apenas as tarifas abaixo de uma futura Tarifa Externa Comum uniforme, isto é, com o mesmo valor para todos os bens, teriam caminhado para um regime que minimiza distorções, e, mais ainda, minimiza o escopo para políticas governamentais discricionárias, liberando o tempo das autoridades para atividades mais construtivas que a distribuição de benesses do Estado.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.